

# Governo negocia emendas à LDO com Congresso

**Marcos Magalhães**

O governo está disposto a negociar com o Congresso Nacional a adoção de emendas que facilitem a aprovação do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias até o final deste mês. As alterações no texto não seriam tão grandes como sugerem parlamentares interessados em incluir na lei recursos para obras específicas em seus estados, mas poderiam abranger a previsão de metas mais detalhadas do que as contidas na mensagem presidencial.

"Determinar o número de escolas que serão construídas em um estado pode ser considerado como uma meta compatível com a lei de diretrizes", admite o diretor de orçamentos da União, José Carlos Alves dos Santos. "Mas apontar como prioridade a alocação de recursos para uma escola específica me parece detalhado demais", diferencia.

O projeto da LDO recebeu 1227 emendas de deputados e senadores, muitos dos quais querem ver no texto da lei a garantia de verbas federais para obras em suas bases eleitorais. Esta previsão teoricamente só deveria constar do próprio orçamento da União, que será discutido no segundo semestre, mas a disposição de negociar com

os políticos está tornando mais flexível a posição do governo.

Empossado há uma semana como diretor de Orçamentos, após trabalhar durante 25 anos no Senado Federal, Alves dos Santos quer estabelecer um canal de negociação direta com os parlamentares. "A minha indicação para o cargo pelo Presidente da República é uma sinalização de que ele pretende azeitar as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo", interpreta.

O diretor de Orçamentos lembra que o Congresso ainda não aprovou a lei complementar onde se definirá a organização da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Argumenta, por isso, que não existe hoje um modelo do que podem ser consideradas metas de governo para constar do orçamento.

A LDO deve ser aprovada pelo Congresso até o fim de junho, mas o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ronaldo Araújo, ainda não indicou um relator para dar parecer sobre a mensagem. A demora tem preocupado o diretor de Orçamento. "O Congresso já perdeu um mês e meio discutindo a formação da comissão, e agora tem menos de um mês para aprovar um projeto que não conta sequer com relator", lamenta Alves dos Santos.